

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Em 2011, apesar da desaceleração da economia global e a consequente turbulência financeira, o resultado alcançado pela BRADESPAR atingiu números recordes, por meio do desempenho positivo de suas investidas VALE e CPFL Energia.

No último ano, a BRADESPAR registrou o maior Lucro Líquido de sua história, R\$ 2 bilhões, valor 15% superior em relação a 2010. A remuneração paga aos acionistas, na forma de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio, atingiu sua maior marca, somando R\$ 575,4 milhões, fato que reafirma o compromisso da BRADESPAR de gerar maior valor a seus investidores.

Adicionalmente, a Companhia empreendeu ações para a reestruturação financeira do seu passivo, com a liquidação da Segunda Série da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, no montante de R\$ 807,5 milhões, e a colocação da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, no valor de R\$ 800 milhões.

A VALE, principal investimento da BRADESPAR, teve forte desempenho em 2011, caracterizado por recordes de Receita Operacional, Geração de Caixa, Margem Operacional e Lucro Líquido, resultando em R\$ 1,9 bilhão em equivalência patrimonial, 23,6% acima do valor registrado no exercício anterior. Cumpre destacar que a BRADESPAR participa ativamente do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento da VALE, contribuindo positivamente, em conjunto com os demais acionistas controladores da Valepar S.A., para a tomada de decisões estratégicas, visando à maior rentabilidade e ao maior crescimento da empresa.

A CPFL Energia, por sua vez, destaca-se pela liderança que exerce no setor em que atua, estratégico para o desenvolvimento econômico do País. Seus resultados possibilitaram o recebimento de R\$ 64,8 milhões em Dividendos, em 2011.

Para a BRADESPAR, é constante a preocupação da transparência com analistas e investidores. Assim, por meio de sistemática divulgação de informações e de reuniões periódicas, a Companhia fortalece o relacionamento com esses públicos. A estratégia de comunicação, em consonância com as melhores práticas de Governança Corporativa, proporcionou, em 2011, encontros na APIMEC - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - em São Paulo e no Rio de Janeiro -, além da participação em eventos e reuniões com diversos investidores e instituições financeiras no Brasil e no exterior.

Pelos êxitos obtidos, agradecemos o trabalho dedicado e eficiente dos nossos administradores e colaboradores e o apoio e confiança dos nossos acionistas, alicerces essenciais à prosperidade e continuidade do negócio.

São Paulo, SP, 15 de março de 2012.

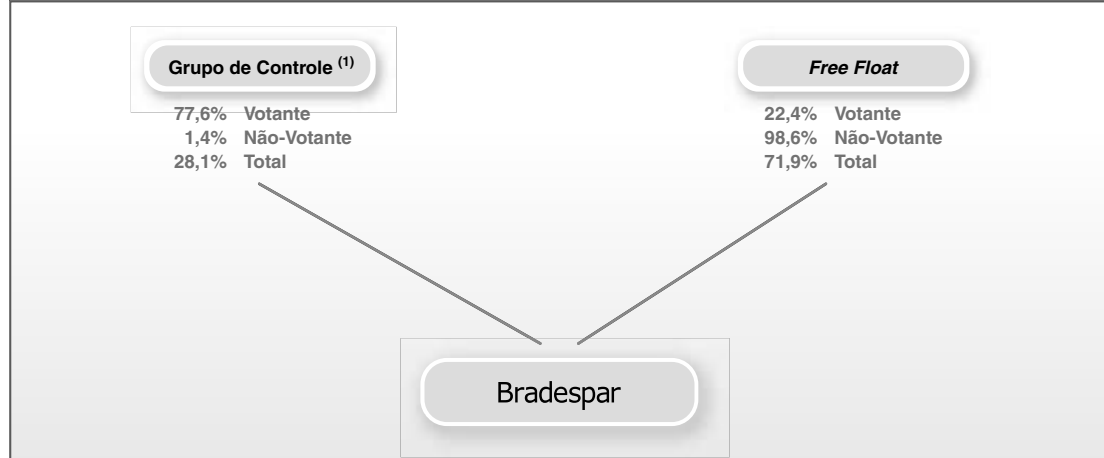
Lázaro de Mello Brandão

Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ESTRUTURA ACIONÁRIA

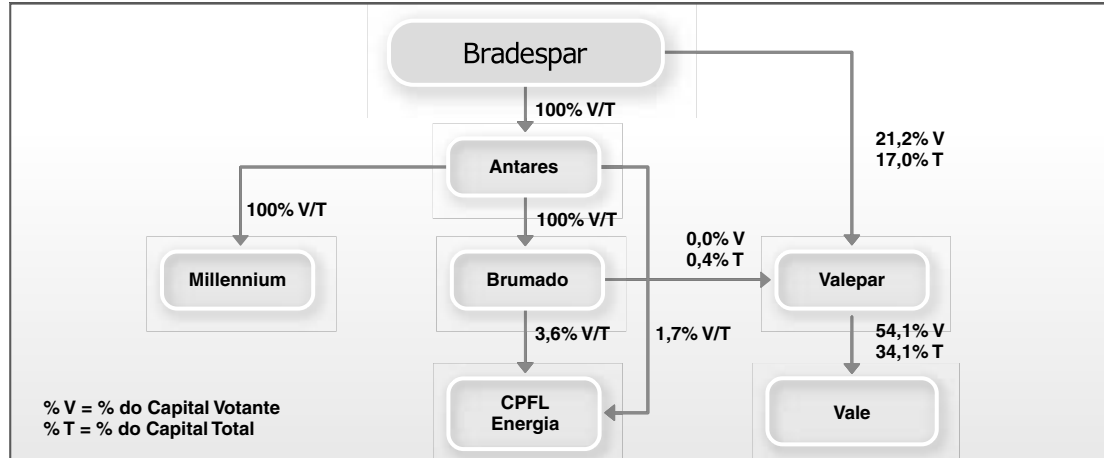
Em 31.12.2011, o capital social da BRADESPAR era constituído por 349.547.945 ações, sendo 122.523.049 ações ordinárias e 227.024.896 ações preferenciais, com a seguinte estrutura de participação:



(1) Composto por: Cidade de Deus - Cia. Comercial de Participações, Nova Cidade de Deus Participações S.A., Fundação Bradesco e NCF Participações S.A.

ESTRUTURA DOS INVESTIMENTOS

Constituída em março de 2000 - a partir da cisão parcial do Banco Bradesco S.A. -, a BRADESPAR concentra seus investimentos, atualmente, na VALE e na CPFL Energia. No encerramento do exercício, o valor de mercado de seus ativos, deduzida a dívida líquida, correspondia a cerca de R\$ 12,7 bilhões.



COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO DA COMPANHIA

Abaixo, está apresentada a Demonstração do Resultado Consolidado, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstração de Resultado

	4T11	4T10	Var. %	2011	2010	Var. %
Equivalência Patrimonial	438.229	499.043	-12,2%	1.947.329	1.575.536	23,6%
Juros Ações Resgatáveis	45.187	70.654	-36,0%	216.845	248.186	-12,6%
Dividendos de Investimentos	-	-	-	64.801	75.167	-13,8%
Receita Operacional	483.416	569.697	-15,1%	2.228.975	1.898.889	17,4%
Despesas de Pessoal	(2.121)	(949)	123,5%	(6.566)	(4.784)	37,2%
Despesas Gerais e Administrativas	(3.879)	(3.795)	2,2%	(9.581)	(11.458)	-16,4%
Receitas (Despesas) Financeiras	(17.808)	(16.776)	6,2%	(80.878)	(61.301)	31,6%
Despesas Tributárias	(17.879)	(19.731)	-9,4%	(48.279)	(35.748)	35,1%
Outras Receitas Operacionais	3.151	-	-	3.151	-	-
Resultado Operacional	444.880	528.446	-15,8%	2.087.022	1.785.598	16,9%
Resultado antes de IR/CS	444.880	528.446	-15,8%	2.087.022	1.785.598	16,9%
Imposto de Renda/Contribuição Social	19.284	(12.727)	-	(63.470)	(25.792)	-
Lucro Líquido	464.164	515.719	-10,0%	2.023.552	1.759.806	15,0%

Receita Operacional

Como Companhia de Investimentos, a BRADESPAR tem sua Receita Operacional originada do Resultado de Equivalência Patrimonial, que inclui Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio recebidos da Valepar/VALE, Juros das Ações Resgatáveis recebidos da Valepar e Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio recebidos da CPFL Energia.

Em 2011, a BRADESPAR apresentou Receita Operacional de R\$ 2,2 bilhões, 17,4% superior ao mesmo período de 2010, retratando a seguinte contribuição das empresas investidas:

- Resultado de R\$ 1,9 bilhão relacionado à Equivalência Patrimonial da Valepar/VALE, com crescimento de 23,6% em relação a 2010;
 - R\$ 216,8 milhões referentes aos juros das ações resgatáveis da Valepar, 12,6% inferior a 2010, devido à menor quantidade de ações após os resgates realizados; e
 - R\$ 64,8 milhões de Dividendos recebidos da CPFL Energia, com redução de 13,8% em relação ao mesmo período de 2010.
- Cumpre destacar que, em 2011, a despeito de um ambiente econômico desafiador, a VALE alcançou seu melhor resultado anual, R\$ 37,8 bilhões, caracterizado por recordes de receitas operacionais, lucro operacional, geração de caixa e margem operacional. Ao mesmo tempo, o retorno aos acionistas atingiu o valor recorde de US\$ 12 bilhões, confirmando o comprometimento da empresa com a criação de valor para seus investidores.

Despesas de Pessoal, Gerais e Administrativas

Em 2011, o total das Despesas de Pessoal, Gerais e Administrativas somou R\$ 16,1 milhões, representando queda de 0,6% em relação a 2010.

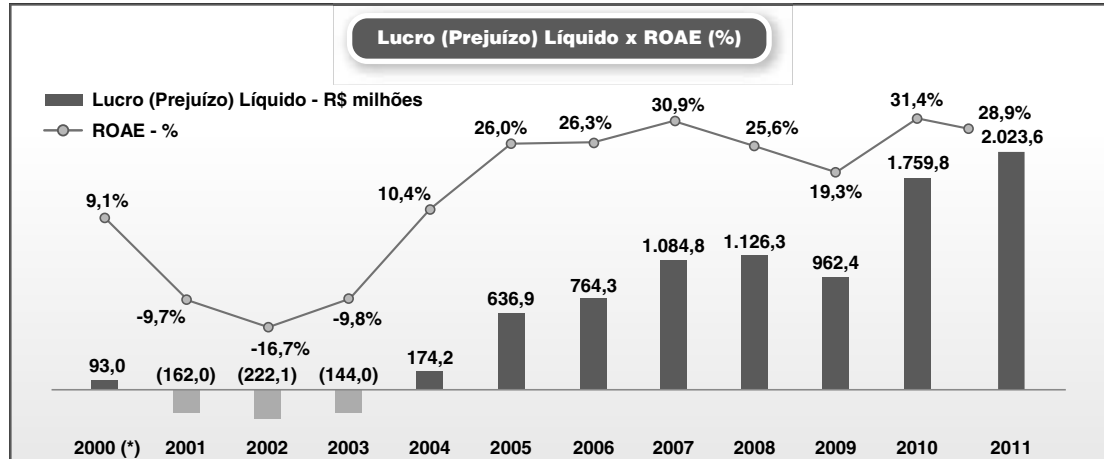
Resultado Financeiro

A Despesa Financeira Líquida da BRADESPAR, em 2011, foi de R\$ 80,7 milhões, 31,6% superior ao mesmo período de 2010, devido, principalmente, aos juros das Debêntures da BRADESPAR, calculados com base no CDI, que evoluiu de 9,7% em 2010 para 11,6% em 2011, impactado pelo aumento da taxa básica de juros (SELIC) no período.

Lucro Líquido do Período

A BRADESPAR apresentou Lucro Líquido de R\$ 2 bilhões em 2011, 15% superior ao ano anterior, sendo o melhor resultado da história da Companhia. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) alcançou 28,9%.

O principal fator que contribuiu para essa performance foi o lucro recorde registrado pela VALE em 2011.



(*) Corresponde a 10 meses de atividade.

Obs.: ROAE = Lucro Líquido/Patrimônio Líquido Médio - Não considera o efeito da marcação a mercado dos Títulos Disponíveis para Venda registrado no Patrimônio Líquido.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Na BRADESPAR, a previsibilidade quanto ao recebimento de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio é assegurada pela "Política Indicativa de Remuneração Anual Mínima aos Acionistas", sem prejuízo ao disposto no Estatuto Social, que determina a distribuição de no mínimo 30% do Lucro Líquido Ajustado.

Em consonância com essa política, em 28 de fevereiro de 2011, foi anunciada a proposta da Diretoria para pagamento de remuneração mínima em Reais, distribuída na forma de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio, equivalente a US\$ 300 milhões, dividida em duas parcelas de US\$ 150 milhões, pagas em maio e novembro.

O pagamento da 1ª Parcela, em 13 de maio de 2011, foi composto pelo valor em Reais equivalente a US\$ 204,1 milhões, tendo sido distribuídos R\$ 255 milhões a título de Dividendos e R\$ 65,6 milhões de Juros sobre o Capital Próprio.

A 2ª Parcela, no valor em Reais equivalente a US\$ 150 milhões, paga em 14 de novembro de 2011, compreendeu R\$ 253 milhões de Juros sobre o Capital Próprio e R\$ 1,8 milhão de Dividendos.

Os Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos em 2011 somaram R\$ 575,4 milhões, equivalentes a US\$ 354,1 milhões, superiores em 18% à Remuneração Anual Mínima de US\$ 300 milhões anunciada, sendo o maior volume anual já pago pela BRADESPAR.

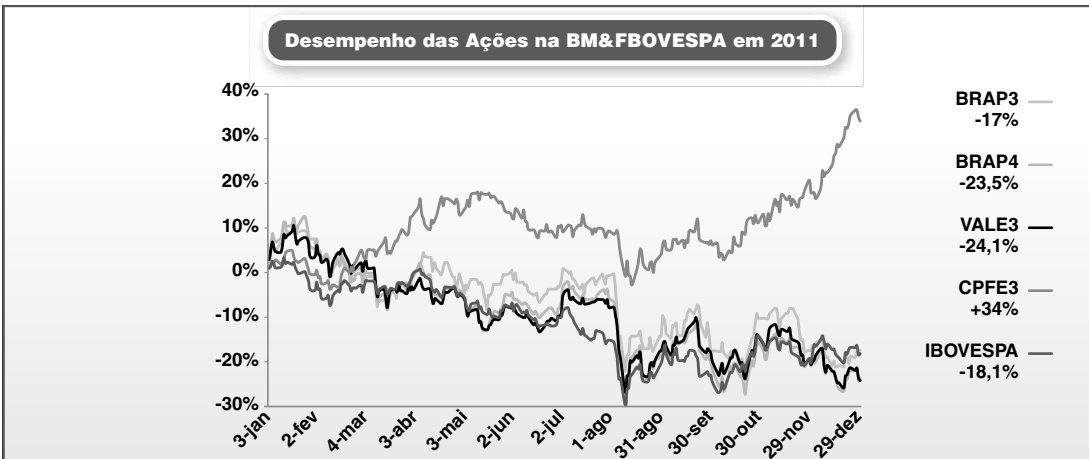
Em dezembro de 2011, foi constituída provisão complementar de R\$ 407,1 milhões, para o pagamento de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio, referente ao exercício de 2011, conforme o Estatuto Social da Companhia.

Em fevereiro de 2012, a BRADESPAR anunciou a distribuição mínima no valor total equivalente a US\$ 320 milhões para o corrente exercício, a serem convertidos em Reais pela cotação do Dólar de venda (Plax-opção 5), divulgada pelo Banco Central do Brasil, do dia útil anterior ao da realização das reuniões de Conselho de Administração, previstas para os dias 26 de abril e 31 de outubro de 2012.

MERCADO DE CAPITALIS

Desde sua criação, as ações da BRADESPAR são negociadas sob os códigos BRAP3 (ON) e BRAP4 (PN), sendo que as ações preferenciais integram o Ibovespa, o mais relevante índice da BM&FBOVESPA, que inclui as companhias mais líquidas do mercado brasileiro. Em decorrência de seu modelo de Governança Corporativa, os papéis da BRADESPAR estão listados no Nível 1 da Bolsa de Valores, cujas práticas diferenciadas também os credenciaram ao Índice de Governança Corporativa (IGC).

Além disso, com o propósito de ampliar as alternativas de transação, bem como a liquidez das ações no mercado de capitais internacional, a BRADESPAR também tem seus títulos negociados no Latibex - Mercado de Empresas Latino-Americanas da Bolsa de Valores de Madri, na Espanha -, em Euros, por meio do Programa de Depositary Receipts (GDRs).

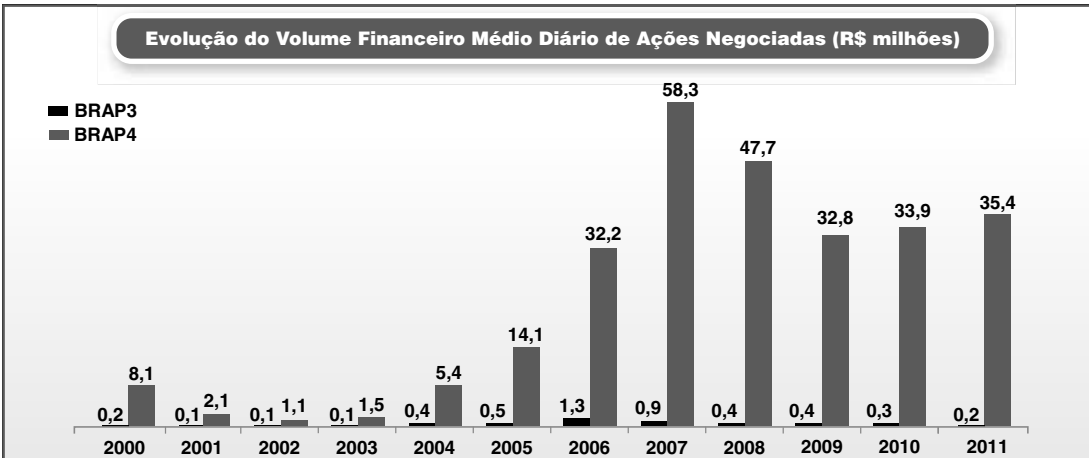


Cotações ajustadas por proventos, incluindo Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio.

Fonte: Economatica

Liquidez

Em 2011, a média diária do volume de ações preferenciais de emissão da BRADESPAR negociada, situou-se em R\$ 35,4 milhões.



Fonte: Economatica

Prêmio/Desconto

Ao final de 2011, as participações detidas pela BRADESPAR atingiram valor de mercado de cerca de R\$ 13,3 bilhões, sem considerar qualquer prêmio de controle para a participação na VALE. Esse total é composto pelo investimento na VALE, com 90,1%, e pelo investimento na CPFL Energia, com 9,9%.

Em relação ao valor de mercado das participações nas empresas investidas, o valor de mercado da BRADESPAR, deduzindo-se a Dívida Líquida de R\$ 583,4 milhões, apresentou desconto de 9,4%.

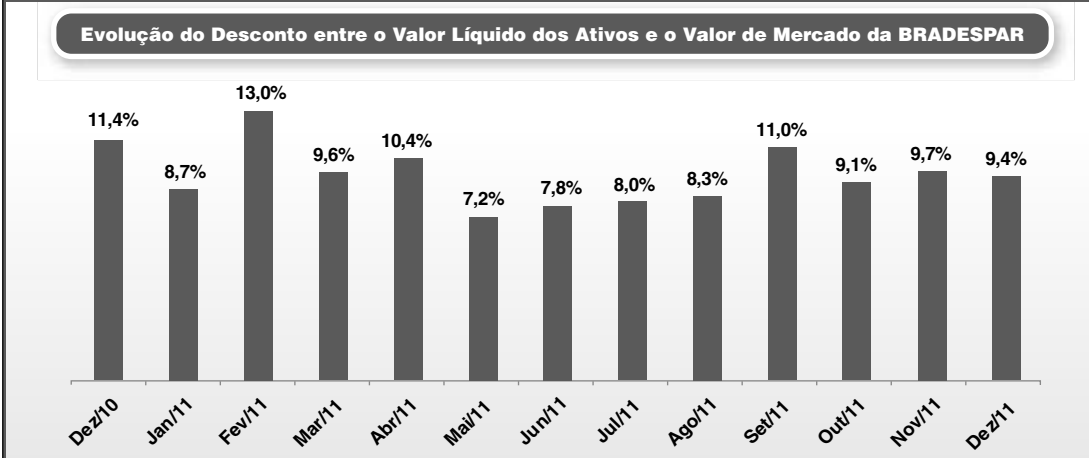
Valor Líquido dos Ativos da BRADESPAR x Valor de Mercado da BRADESPAR (preços de fechamento em 29/12/11)

Companhias	Cotação (R\$/ação)	Quantidade de Ações	% do Capital Total	Participação da BRADESPAR		
				Valor de Mercado (R\$ mil)	Valor de Mercado (US\$ mil)	Valor de Mercado (EURO mil)
VALE ON (1)	39,45	299.380.600	5,87%	11.810.565	6.296.282	4.874.356
VALE PNA (1)	37,82	3.547.702	0,07%	134.174	71.529	55.375
CPFL-E ON	26,02	50.541.820	5,25%	1.315.098	701.086	542.756
Valor Total dos Ativos da BRADESPAR (A) ..				13.259.837	7.068.897	5.472.487
Dívida Líquida da BRADESPAR (B) (2)				(583.371)	(310.998)	(240.764)
Caixa da BRADESPAR				263.495	140.471	108.747
Dívida Bruta da BRADESPAR				(846.866)	(451.469)	(349.511)
Valor Líquido dos Ativos da BRADESPAR (C) = (A) - (B)				12.676.466	6.757.899	5.231.723
Valor de Mercado da BRADESPAR (D)				11.485.176	6.122.815	4.740.065
Ações Ordinárias (BRAP3)	35,02	122.523.049		4.290.757	2.287.428	1.770.845
Ações Preferenciais (BRAP4)	31,69	227.024.896		7.194.419	3.835.387	2.969.220
Diferença entre o Valor Líquido dos Ativos e Valor de Mercado BRADESPAR (C) - (D) ..				1.191.290	635.084	491.658
DESCONTO (3)				9,4%		

(1) A quantidade de ações da VALE foi calculada com base nos percentuais de participação detidos por meio da Valepar.

(2) Dívida Líquida em 29/12/2011.

(3) (Valor de mercado da BRADESPAR)/(Valor dos Ativos + Dívida Líquida) - 1



Obs.: Desconto no último dia útil de cada mês.

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BRADESPAR SA 3



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 122 • Número 54
São Paulo, quarta-feira, 21 de março de 2012

Página 3

...continuação



Bradespar S.A.

CNPJ 03.847.461/0001-92
São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

COMENTÁRIOS SOBRE AS CONTROLADAS OPERACIONAIS

VALE

A VALE é a maior empresa privada da América Latina e a segunda maior mineradora diversificada do mundo. Presente em 38 países, a VALE atua nos negócios de mineração (produção e comercialização), operações logísticas e geração de energia. No segmento de mineração, destaca-se como a maior produtora mundial de minério de ferro e pelotas, matéria-prima essencial para a indústria de aço inoxidável, aeronaves, entre outras, e na produção de manganês, ferroligas, carvão térmico e metalúrgico, bauxita, cobre e fertilizantes, materiais importantes para a indústria e a agricultura global.

Em 2011, a despeito de um ambiente econômico desafiador e da ocorrência de mudanças climáticas severas nas regiões em que a empresa atua, a VALE obteve recordes de produção em minério de ferro, pelotas e carvão, e excelente desempenho financeiro, com recordes de receita operacional, lucro operacional e lucro líquido, sendo R\$ 105,5 bilhões, R\$ 53,1 bilhões e R\$ 37,8 bilhões, respectivamente.

O Lucro Líquido no período totalizou R\$ 37,8 bilhões e a remuneração aos acionistas atingiu US\$ 12 bilhões, sendo US\$ 9 bilhões (R\$ 15 bilhões) em distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio e US\$ 3 bilhões por meio de Recompra de Ações. Esse resultado foi alavancado pelo recorde histórico de embarques de minério de ferro e pelotas, com mais de 300 milhões de toneladas (Mt), enquanto que as vendas de níquel e cobre tiveram o seu melhor ano desde 2008.

Em 2011, os investimentos - excluindo aquisições - atingiram US\$ 18 bilhões, um aumento significativo de 42% sobre os US\$ 12,7 bilhões investidos em 2010, sendo US\$ 11,7 bilhões para desenvolvimento de projetos, US\$ 1,7 bilhão em P&D e US\$ 4,6 bilhões na sustentação das operações existentes.

A VALE é registrada na BM&FBOVESPA (VALE3 e VALE5), na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) (VALE e VALE.P), na NYSE Euronext Paris (VALE3 e VALE5), na Latibex (XVALO e XVALP) e na Bolsa de Valores de Hong Kong (HKEX) (6210 e 6230) e foi a primeira empresa brasileira a alcançar a classificação de Investment Grade, atribuída em 2005 pela Moody's Investors Service, Dominion.

Os principais destaques do desempenho da VALE em 2011 foram:

- Receita operacional de R\$ 105,5 bilhões;
- Lucro operacional, medido pelo EBIT (lucro antes de juros e impostos), de R\$ 53,1 bilhões;
- Margem EBIT das operações existentes de 49,1%;
- Geração de caixa, medida pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), de R\$ 57,7 bilhões;
- Lucro líquido de R\$ 37,8 bilhões em 2011, equivalente a R\$ 7,17 por ação;
- Investimentos, excluindo aquisições, de US\$ 18 bilhões em 2011; e
- Remuneração aos acionistas de US\$ 12 bilhões, sendo US\$ 9 bilhões (R\$ 15 bilhões) em Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio, equivalente a R\$ 2,88 por ação, e US\$ 3 bilhões em Recompra de Ações.

CPFL Energia

A CPFL Energia é uma holding que, por intermédio de sociedades controladas e coligadas, atua no setor elétrico brasileiro. É a maior companhia privada desse ramo, atuando nos segmentos de distribuição, geração e comercialização de energia e serviços. No segmento de distribuição de energia detém 8 distribuidoras e 13% de market-share, atuando nos Estados de São Paulo, Rio Grande

do Sul, Paraná e Minas Gerais, atendendo a 7 milhões de consumidores. No segmento de comercialização de energia, o Grupo detém 11% de market-share.

Destaque em 2011 foi a criação da CPFL Renováveis, que já nasceu líder do segmento de energias renováveis na América Latina. Constituída a partir da união dos respectivos ativos e projetos detidos pela CPFL Energia e pela ERSa e, posteriormente, pela aquisição de 100% das ações da Jantus, a CPFL Renováveis está voltada exclusivamente para o desenvolvimento de projetos de geração de energia a partir de fontes alternativas e renováveis (PCHs, termelétricas movidas à biomassa e parques eólicos). A CPFL Energia detém 63% do capital desta nova empresa.

Considerando as participações da CPFL Energia em empreendimentos de geração convencional e a participação de 63% na CPFL Renováveis, o Grupo encerrou o ano 2011 com 2.644 MW de potência de geração em operação.

A CPFL possui controle acionário compartilhado pela VBC Energia S.A. (Camargo Corrêa) com 25,7% de participação, BB Carteira Livre I FIA (Preví) com 31%, e Bonaire Participações S.A. e Energia São Paulo FIP (Funcesp, Petros, Sistel e Sabesprev), em conjunto, com 12,6%. O restante, 30,7%, são ações em circulação no mercado (free float), das quais 5,3% pertencem à BRADESPAR.

As ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA e ADR Nível III na Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE"), a CPFL continuamente promove a interação entre seus Administradores e Acionistas, com compromissos assumidos de transparência, equidade, prestação de contas, sustentabilidade e responsabilidade corporativa.

Ao longo dos anos, a empresa vem desenvolvendo uma estratégia consistente de ampliação de sua participação no mercado nos segmentos em que atua, agindo como consolidadora do setor, por meio do aproveitamento de oportunidades de negócios, que assegurem ganhos de eficiência e taxas de retorno compatíveis com as premissas que orientam os investimentos do Grupo.

Em 2011, a CPFL Energia apresentou os seguintes resultados:

- Lucro Líquido de R\$ 1,6 bilhão;
- Receita operacional líquida de R\$ 12,8 bilhões;
- Receita operacional bruta de R\$ 18,9 bilhões; e
- EBITDA de R\$ 3,8 bilhões.

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381/03, a BRADESPAR informa que o Auditor Independente - PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes - não prestou, no exercício, outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A BRADESPAR adota, como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender às regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência inclusive com os princípios internacionais, em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela Companhia, os quais incluem, dentre outros, os seguintes tópicos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que não afetem as regras de independência estabelecidas.

São Paulo, SP, 15 de março de 2012.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil											
ATIVO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO
	31.12.2011	31.12.2010	01.01.2010	31.12.2011	31.12.2010	01.01.2010		31.12.2011	31.12.2010	01.01.2010	
CIRCULANTE	705.489	461.910	329.257	730.296	489.059	341.139	CIRCULANTE	760.737	1.113.201	270.814	773.286
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)	250.468	156.985	287.780	263.983	173.529	289.327	Salários e Encargos Sociais	125	31	31	125
Receíveis de Ações Preferenciais	-	-	-	-	-	-	Impostos e Contribuições a Recolher	13.171	44	43	25.720
Resgatáveis (Nota 8)	185.467	233.103	23.441	196.754	244.390	34.462	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (Nota 12b)	413.783	325.763	99.626	413.783
Valores a Receber (Nota 18a)	269.554	71.822	18.036	269.559	71.140	17.350	Debêntures a Pagar (Nota 10)	306.882	760.530	144.428	306.882
NÃO CIRCULANTE	9.484.570	7.587.906	6.349.823	10.009.130	8.029.675	6.732.032	Outras Obrigações (Nota 18b)	26.776	26.833	26.686	26.776
Realizável a Longo Prazo	658.969	853.583	1.037.317	2.427.560	2.355.374	2.388.598	NÃO CIRCULANTE	754.669	158.541	807.374	1.291.487
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Nota 18a)	-	-	-	1.315.098	1.041.161	892.316	Debêntures a Pagar (Nota 10)	540.036	-	686.421	540.036
Receíveis de Ações Preferenciais	-	-	-	-	-	-	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	536.818
Resgatáveis (Nota 8)	559.949	726.773	935.870	999.995	1.166.819	1.375.916	Provisões e Obrigações Legais (Nota 11)	214.633	158.541	120.953	214.633
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13)	98.858	91.656	66.302	112.305	112.240	85.221	PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS	8.674.653	6.778.074	5.600.892	8.674.653
Depósitos Judiciais	162	152	143	162	152	143	CONTROLADORES	8.674.653	6.778.074	5.600.892	8.674.653
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 13)	-	35.002	35.002	-	35.002	35.002	Capital Social (Nota 12a)	3.220.000	3.000.000	3.000.000	3.220.000
Investimentos (Nota 9)	8.825.564	6.734.290	5.312.455	7.581.533	5.674.268	4.343.383	Reservas de Lucros	4.568.545	3.426.863	2.235.751	4.568.545
Imobilizado	37	33	51	37	33	51	Ajustes de Avaliação Patrimonial	886.108	351.211	361.447	886.108
TOTAL	10.190.059	8.049.816	6.679.080	10.739.426	8.518.734	7.073.171	Lucros Acumulados	-	-	5.156	-
							Ações em Tesouraria	-	-	(1.462)	-
							TOTAL	10.190.059	8.049.816	6.679.080	10.739.426

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				
	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	2.157.631	1.826.422	2.167.700	1.846.899
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	2.071.854	1.701.683	1.947.329	1.575.536
Juros de Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 8)	143.165	168.816	216.845	248.186
Dividendos de Investimentos (Nota 18c)	-	-	64.801	75.167
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 18d)	(15.889)	(15.634)	(16.147)	(16.242)
Despesas Tributárias	(44.650)	(28.443)	(48.279)	(35.748)
Outras Receitas Operacionais	3.151	3.151	3.151	-
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS	2.157.631	1.826.422	2.167.700	1.846.899
Receitas Financeiras (Nota 14)	22.527	22.527	28.609	28.026
Despesas Financeiras (Nota 14)	(108.933)	(89.143)	(109.287)	(89.327)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.074.153	1.759.806	2.087.022	1.785.598
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 13)	(50.601)	-	(63.470)	(25.792)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (*)	2.023.552	1.759.806	2.023.552	1.759.806

Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuído aos acionistas

(expresso em R\$ por ação):

Lucro por ação ordinária	5,44	4,73
Lucro por ação preferencial	5,98	5,20

(*) O lucro líquido refere-se a resultado de operações continuadas, sendo atribuído aos acionistas controladores.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil							
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores
		Legal	Estatutária				
Saldos em 31.12.2009	3.000.000	241.619	1.994.132	361.447	(1.462)	5.156	5.600.892
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	1.759.806	1.759.806
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	-	98.237	-	-	98.237
Reflexos de Controlada de Controle Compartilhado	-	-	-	(108.473)	-	-	(108.473)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	(29.930)	1.749.570
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	(2.858)	-	(2.858)
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	-	(4.320)	-	4.320	-	-
Destinações: - Reservas	-	88.248	1.107.184	-	-	(1.195.432)	-
- Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Intermediários	-	-	-	-	-	(248.930)	(248.930)
- Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Provisionados	-	-	-	-	-	(320.600)	(320.600)
Saldos em 31.12.2010	3.000.000	329.867	3.096.996	351.211	-	-	6.778.074
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	2.023.552	2.023.552
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	-	180.798	-	-	180.798
Reflexos de Controlada de Controle Compartilhado	-	-	-	354.099	-	-	354.099
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	2.558.449
Aumento do Capital Social com Reservas	220.000	-	(220.000)	-	-	-	-
Destinações: - Reservas	-	101.178	1.260.504	-	-	(1.361.682)	-
- Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Intermediários	-	-	-	-	-	(254.800)	(254.800)
- Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Provisionados	-	-	-	-	-	(407.070)	(407.070)
Saldos em 31.12.2011	3.220.000	431.045	4.137.500	886.108	-	-	8.674.653

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA INDIRETO - Em Reais mil			
	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro			
	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010		2011	2010	2011	2010
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	2.023.552	1.759.806	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	534.897	(10.236)	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e	2.074.153	1.759.806	2.087.022	1.785.598
Ganho não Realizado em Investimentos Disponíveis para Venda	180.798	98.237	Contribuição Social	(1.946.160)	(1.619.672)	(1.946.061)	(1.580.745)
Reflexos de Controlada de Controle Compartilhado	354.099	(108.473)	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	(2.071.854)	(1.701.683)	(1.947.329)	(1.575.536)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.558.449	1.749.570	Resultado de Equivalência Patrimonial	(18.643)	(24.006)	(29.930)	(35.293)
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.				Juros de Ações Preferenciais Resgatáveis	-	(64.801)	(75.167)
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil				Dividendos de Investimentos	53.938	76.606	53.600
				Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	44.177	28.160	44.177
				Provisão para Obrigações Legais.....	6	18	6
				Depreciação para	(1.784)	1.233	(1.784)
				Outros	79.993	140.134	140.961
				Lucro Líquido Ajustado	(88.725)	(148.747)	(151.694)
				(Aumento) em Outros Ativos.....	45.811	8.766	46.042
				Aumento em Outras Obrigações	394.562	338.652	405.159
				Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	209.097	-	209.097
				Ações Preferenciais Resgatáveis	-	-	(11.856)
				Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	640.738	338.805	637.709
				Caixa Líquido Proveniente das Atividades			353.802
				Operacionais			
				Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
				Aquisição de Imobilizado	(10)	-	(10)
				Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(10)	-	(10)
				Fluxo de Caixa nas Atividades de Financiamentos			
				Emissão de Debêntures, Líquidas	799.323	-	799.323
				Liquidação de Debêntures	(807.481)	(152.873)	(807.481)
				Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(539.087)	(313.869)	(539.087)
				Aquisição de Ações em Tesouraria.....	-	(2.858)	-
				Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de			
				Financiamentos	(547.245)	(469.600)	(547.245)
				Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes			
				de Caixa	93.483	(130.795)	90.454
				Caixa e Equivalente de Caixa - Início do Exercício	156.985	287.780	289.327
				Caixa e Equivalente de Caixa - Fim do Exercício	250.468	156.985	263.983
				Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes			
				de Caixa	93.483	(130.795)	90.454
							(115.798)



Bradespar S.A.

CNPJ 03.847.461/0001-92
São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BRADESPAR S.A., (BRADESPAR, Companhia ou CONTROLADORA), empresa constituída sob a forma de sociedade por ações de capital aberto, tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, com sede na Avenida Paulista, São Paulo, Brasil.

As principais participações societárias diretas e indiretas são:

a) Antares Holdings Ltda. (ANTARES)

A ANTARES tem por objeto a administração, locação, compra e venda de bens próprios e a participação em outras sociedades como cotista ou acionista.

b) Brumado Holdings Ltda. (BRUMADO)

A BRUMADO tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

c) Millennium Security Holdings Corp. (MILLENNIUM)

A MILLENNIUM tem por objeto ingressar em qualquer ato ou atividade que sejam permitidas por qualquer Lei no momento vigente nas Ilhas Virgens Britânicas.

d) Valepar S.A. (VALEPAR)

A VALEPAR é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto, exclusivamente, participar como acionista da Vale S.A. (VALE).

e) Vale S.A. (VALE)

A VALE é uma sociedade anônima de capital aberto que tem como atividades preponderantes, a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferro-ligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos. Além disso, atua nos segmentos de energia, logística e siderurgia.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos as demonstrações contábeis da BRADESPAR (CONTROLADORA) e o CONSOLIDADO, que inclui as empresas BRADESPAR, ANTARES, BRUMADO e MILLENNIUM em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e também com base nos padrões internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e suas interpretações técnicas - ICPs e orientações - OCPCs, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Conforme Deliberação CVM nº 666/11, que aprovou para as companhias abertas, o Pronunciamento Técnico CPC 19 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que prevê, no caso de controle compartilhado de uma entidade, no balanço individual de cada controlador em conjunto, a utilização do método da equivalência patrimonial, e nas demonstrações consolidadas, a utilização do método da equivalência patrimonial ou da consolidação proporcional, sendo que a BRADESPAR optou pelo método da equivalência patrimonial para as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, sendo apresentado balanço patrimonial de forma comparativa com 31 de dezembro de 2010 e 1º de janeiro de 2010, conforme requerido pelo CPC 23. A adoção da opção anteriormente mencionada não ocasionou alterações no patrimônio líquido e resultado da Companhia.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais diferem das IFRS, quando aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados.

A BRADESPAR é uma *Holding* que tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades e portanto não apresenta informações por segmentos.

Princípios de Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas refletem os saldos e transações da controladora e de suas controladas diretas e indiretas. Para a controlada de controle compartilhado, o investimento é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

As práticas contábeis das controladas e das coligadas são ajustadas para assegurar consistência com as políticas adotadas pela controladora. As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações são eliminados.

As demonstrações contábeis consolidadas da BRADESPAR incluem as seguintes empresas controladas, direta e indiretamente:

Empresas	Participação direta e indireta da BRADESPAR (em %)	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
- ANTARES.....	100,00	100,00
- MILLENNIUM.....	100,00	100,00
- BRUMADO.....	100,00	100,00

A BRADESPAR avaliou os eventos subsequentes até 15 de março de 2012, data de aprovação das demonstrações contábeis.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS - CONTROLADORA E CONSOLIDADO

I - Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da BRADESPAR.

II - Ativos Circulante e Não Circulante

São demonstrados pelos valores de realização ou de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base “*pro-rata*” dia), ajustados aos valores prováveis de realização, quando aplicável.

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, sendo reconhecidos, quando aplicável, no ativo circulante e no não circulante - realizável a longo prazo.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em fundos de investimento, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela empresa para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. O valor de mercado dos fundos de investimento é determinado com base no valor da cota do último dia do período, informada pelo administrador dos fundos.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

b) Ativos financeiros

• A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

- Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Nesta categoria encontram-se o valor do principal e juros das ações preferenciais resgatáveis da Valepar. A composição dos recebíveis de ações resgatáveis está apresentada na Nota 8; e
- Disponíveis para venda - são ativos não derivativos registrados inicialmente pelo seu valor de aquisição, que é o valor justo do preço pago, incluindo as despesas de transação. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelos valores justos por referência ao seu valor de mercado na data da demonstração contábil, em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais são serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. Nesta categoria encontram-se as ações da CPFL Energia S.A. (CPFL).

c) Investimentos

As participações nos investimentos em coligadas, controladas e controladas de controle compartilhado são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e, quando aplicável, acrescidas/deduzidas de ágio/deságio a amortizar e de provisão para perdas por redução ao valor recuperável - *impairment*.

A composição dos investimentos está apresentada na Nota 9.

d) Redução ao valor recuperável de ativos - *impairment*

A Companhia avalia a cada fim de período se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta puder ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. O exercício de 2011 e de 2010, não houve perda por *impairment*.

III - Passivos Circulante e Não Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos (em base “*pro-rata*” dia), quando aplicável.

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias:

- Pelo custo amortizado - são os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado, inicialmente são registrados pelo seu valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado; e
- Pelo valor justo por meio do resultado designados no reconhecimento inicial - são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado. Nesta categoria encontram-se as debêntures emitidas pela Companhia. A composição das debêntures está apresentada na Nota 10.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável.

A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro tributável, antes do imposto de renda, considerando à alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

Nas operações de captação de recursos, através da emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são registradas como redutoras do passivo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação.

IV - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento e a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam, totalmente, sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, integralmente, nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, estão apresentados na Nota 11.

V - Apuração do Resultado

É apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente de recebimento ou pagamento.

VI - Lucro por Ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria). Não há fatores de diluição do lucro.

b) As participações societárias diretas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial da BRADESPAR são demonstradas a seguir:

Empresas	Capital Social	Resultado Líquido	Resultado Ajustado	Quantidade de Ações Possuídas (em mil) ON	Quantidade de Cotas Possuídas (em mil)	Participação no Capital Social %	Total dos Investimentos			Ajuste Decorrente de Avaliação (1)	
		Ajustado					31.12.2011	31.12.2010	01.01.2010	2011	2010
ANTARES (4).....	322.700	1.244.031	124.525	-	322.700	100,000	1.244.031	1.060.022	969.072	124.525	126.147
VALEPAR (2) (3) (4)	7.258.855	43.467.108	11.164.596	275.966	-	17,442	7.581.533	5.674.268	4.343.383	1.947.329	1.575.536
Total.....							8.925.564	6.734.290	5.312.455	2.071.854	1.701.683

(1) Considera os resultados apurados pelas companhias incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicável;

(2) Controlada de Controle Compartilhado;

(3) O patrimônio líquido ajustado contempla o montante de R\$ 700.656, relativos à ajuste ao critério contábil da CONTROLADORA, referente ao prazo de amortização de ágios provenientes de expectativa de resultado futuro, cuja amortização deixou de ser efetuada a partir do exercício de 2009, conforme disposto pelo CPC 13; e

(4) A empresa teve suas informações referentes a 31 de dezembro de 2011 revisadas pelos mesmos auditores independentes da BRADESPAR.

c) Composição dos investimentos do Consolidado

Empresa	Total dos Investimentos			Ajuste Decorrente de Avaliação (1)	
	31.12.2011	31.12.2010	01.01.2010	2011	2010
- VALEPAR.....	7.515.114	5.961.948	4.522.706	1.947.329	1.575.536
- VALEPAR - ajuste reflexo (2).....	66.419	(287.680)	(179.323)	-	-
Total Geral.....	7.581.533	5.674.268	4.343.383	1.947.329	1.575.536

(1) Considera os resultados apurados pelas companhias, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicável; e

(2) Ajustes de avaliação patrimonial, conforme Lei nº 11.638/07 e CPCs 2 e 8, que são registrados em contrapartida ao patrimônio líquido.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A apresentação das demonstrações contábeis em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada na intenção da Administração, na data da aquisição dos títulos, em manter ou negociar tais títulos. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende de nossa classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados no mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os “prêmios de controle” resultantes dos acordos de ações com acionistas.

Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título disponível para venda não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que possamos refletir a redução como despesa. Na avaliação, se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida.

Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso os modelos utilizados ou as suposições e estimativas forem inexatos.

Imposto de renda e contribuição social

A avaliação está relacionada à análise de nossos ativos e passivos fiscais diferidos e imposto de renda e contribuição social a pagar. Em geral, nossa avaliação exige que nós estimemos os valores futuros dos ativos fiscais diferidos e imposto de renda e contribuição social a pagar. A avaliação da possibilidade de que um ativo fiscal diferido possa ser realizado é subjetiva e envolve avaliações e suposições que são incertas em sua origem. A realização dos ativos fiscais diferidos está sujeita à alterações nas alíquotas fiscais futuras e ao desenvolvimento de nossas estratégias de planejamento tributário. As avaliações e suposições podem se alterar no decorrer do tempo como resultado de acontecimentos ou circunstâncias imprevistas, modificando o nosso julgamento ao determinar o valor de nossas obrigações fiscais.

Constantemente monitoramos e avaliamos o impacto sobre nossas obrigações com relação à novas leis tributárias, bem como novos eventos que poderiam afetar as avaliações e suposições de nossa análise sobre a possibilidade de realizar ativos fiscais diferidos.

É preciso julgamento significativo na determinação da probabilidade de uma posição sobre imposto de renda e contribuição social ser sustentada sob exame, mesmo depois do resultado de qualquer processo judicial ou administrativo relacionado, com base em méritos técnicos. Julgamento adicional é, então, requerido para determinar o valor do benefício elegível para reconhecimento em nossas demonstrações contábeis.

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorreram antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes da publicação; e
- a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrem após a data das demonstrações contábeis, porém antes da sua publicação.

5) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

A Companhia elaborou suas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS com base nos pronunciamentos já emitidos pelo CPC e referendados pela CVM. Os pronunciamentos emitidos pelo IASB, e ainda não emitidos pelo CPC, portanto não referendados pela CVM, não serão adotados antecipadamente pela Companhia.

a) **Pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos e/ou atualizados pelo CPC, adotados durante o exercício de 2011**
CPC 00º (R1) - Pronunciamento conceitual básico - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil financeiro
CPC 19 (R1) - Investimento em empreendimento controlado em conjunto (*Joint Venture*)

CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos

CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária

CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis

CPC 35 (R1) - Demonstrações separadas correlação às normas internacionais de contabilidade

CPC 36 (R2) - Demonstrações consolidadas

b) **Pronunciamentos e interpretações emitidos e/ou atualizados pelo IASB e ainda não referendados pela CVM, consequentemente, não adotados pela Companhia**

IAS 01 - Apresentação das demonstrações financeiras

IAS 19 - Benefícios a empregados

IAS 28 - Investimentos em coligadas

IFRS 09 - Instrumentos financeiros

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas

IFRS 11 - Acordos em conjunto

IFRS 12 - Divulgação de investimento em outras entidades

IFRS 13 - Mensuração de valor justo

6) GESTÃO DE RISCOS

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para o planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Desta forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta.

A BRADESPAR é uma empresa *holding* na qual a origem do resultado deve-se, basicamente, a equivalência patrimonial de suas controladas e controladas em conjunto. Portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional) e aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez).

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como, encontrar dificuldades em atender às necessidades do fluxo de caixa, devido a restrições de liquidez do mercado.

Para mitigar esse risco, possuímos registrado em nosso ativo, conta a receber de ações preferenciais resgatáveis com prazos de vencimentos escalonados para permitir a liquidação adequada dos passivos assumidos perante terceiros, inclusive as referidas ações fazem parte das garantias oferecidas na emissão das debêntures pela Companhia.

Gestão de risco de crédito

O risco de crédito decorre de potenciais impactos negativos no fluxo de caixa devido à incerteza na capacidade das contrapartes de cumprir suas obrigações contratuais. Portanto, ocorre, basicamente, de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito de contas a receber em aberto.

Consideramos baixo o risco de crédito de exposição originada por aplicações financeiras, uma vez que mantemos valores não significativos em aplicações, pois há constante distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio destinados aos acionistas ao longo do ano, além de liquidar os juros e/ou valores do principal das debêntures emitidas.

• Perfil de risco de contrapartes

A Companhia utiliza, basicamente, análise de risco de crédito qualitativa, que leva em consideração o histórico de pagamento da contraparte, o tomico de relacionamento com a BRADESPAR, sua posição estratégica em seu setor econômico, sendo a VALEPAR, controladora da VALE, principal investimento mantido pela Companhia, que proporciona o principal fluxo de caixa.

De acordo com o risco de crédito de uma contraparte específica, a Companhia utiliza a estratégia de garantias corporativas como mitigação de risco de crédito. A Companhia controla os recebíveis para garantir que não há valores de principal ou juros não honrados pela contraparte.

Risco de mercado

A Companhia está exposta ao comportamento de alguns fatores de risco de mercado, que podem impactar seu fluxo de caixa, como o risco de mudanças no preço de ações, em razão de investimentos mantidos como disponíveis para venda e risco de taxa de juros devido a debêntures emitidas atreladas às taxas variáveis. A avaliação do potencial de impacto é feita periodicamente para apoiar o processo de decisão, suportar a estratégia de crescimento da Companhia e monitorar a volatilidade dos fluxos de caixa futuros.

Risco operacional

A gestão de risco operacional, que a BRADESPAR utiliza para gerir a incerteza relacionada à eventual inadequação ou deficiência de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos, se faz com a mitigação desse risco através da criação de controles e da melhoria constante dos controles já existentes.

7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Em 31 de dezembro Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Disponibilidades em moeda nacional.....	5	11	788	841
Fundos de investimento financeiro.....	250.463	156.974	263.195	172.688
Total.....	250.468	156.985	263.983	173.529

8) RECEBÍVEIS DE AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

Em 2009, a BRADESPAR subscreveu 23.724.193 ações preferenciais resgatáveis classe “C” emitidas pela VALEPAR, com as seguintes características:

a) Não terão direito a voto nas assembleias gerais da VALEPAR, exceto nas hipóteses previstas em lei;

b) Fazem jus a dividendos fixos cumulativos a serem pagos semestralmente, desde 2009, correspondentes a uma taxa prefixada de 16% a.a.;

c) São resgatáveis semestralmente entre 5 de maio de 2011 e 5 de novembro de 2015; e

d) Não serão conversíveis em qualquer outra espécie ou classe de ação de emissão da Valepar.

Em 2009, a BRADESPAR vendeu para sua controlada indireta BRUMADO, 7.587.000 ações preferenciais resgatáveis classe “C”, permanecendo com 16.137.193 ações.

Em 2011, a BRADESPAR recebeu da VALEPAR o

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BRADESPAR SA	3

...continuação



Bradespar S.A.

CNPJ 03.847.461/0001-92
São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado

Em 2011, a BRADESPAR efetuou a terceira emissão pública de 80.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 800.000, sendo duas séries: (i) na primeira série foram alocadas 29.000 debêntures, com vencimento em 366 dias a contar da data da emissão, ou seja, no dia 4 de julho de 2012; e (ii) na segunda série foram alocadas 51.000 debêntures, com vencimento em 731 dias a contar da data de emissão, ou seja, no dia 4 de julho de 2013. As debêntures da primeira série farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 103,8% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI "over extra grupo" - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures. As debêntures da segunda série farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 105,5% da Taxa DI, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures, ambas calculadas desde a data de emissão até o final do período de capitalização, *pro-rata temporis*. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo atualizado monta a R\$ 846.918.

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém existem processos cuja perspectiva de êxito é provável, sendo os principais:

- COFINS - R\$ 9.374 (2010 - R\$ 8.960): Pleiteia a restituição ou compensação da COFINS, recolhida nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento; e
- Programa de Integração Social (PIS) - R\$ 2.031 (2010 - R\$ 1.941): Pleiteia a restituição ou compensação do PIS, recolhido nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2001, naquilo que exceder ao que seria devido nos termos da Lei Complementar nº 7/70 (PIS Repique) ou, quando menos, naquilo que exceder ao que seria devido sobre o faturamento.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e Obrigações Legais

As empresas que compõem o CONSOLIDADO são parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da BRADESPAR entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Provisões

A BRADESPAR, por força do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações representativas do capital social da Bradesplan Participações Ltda. (BRADESPPLAN), celebrado com o Banco Bradesco S.A. (BRADESCO) em maio de 2006, é responsável por processos judiciais tributários (PIS e COFINS) da ex-controlada BRADESPPLAN, sendo constituída provisão fiscal no montante de R\$ 49.774, tendo sido revertidos R\$ 21.960, em função da decisão favorável transitada em julgado sobre processo da COFINS. Em 31 de dezembro de 2011, o valor atualizado era de R\$ 35.941 (2010 - R\$ 35.285).

II - Obrigações Legais

A BRADESPAR vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos seus assessores jurídicos.

As principais questões são:

- PIS e COFINS - R\$ 168.550 (2010 - R\$ 112.209): Pleiteia a não inclusão, nas bases de cálculos do PIS e da COFINS, dos juros sobre o capital próprio recebidos das investidas, por terem tais valores natureza jurídica de dividendos, cujos valores não sofrem tributação por tais exações; e
- COFINS - R\$ 10.098 (2010 - R\$ 9.609): Pleiteia calcular e recolher a COFINS, a partir de novembro de 2001 a janeiro de 2004, sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98.

III - Movimentação das Provisões e Obrigações Legais

	Em 31 de dezembro	
	Controladora e Consolidado	
	2011	2010

Saldo no início do exercício	158.541	120.953
Constituições líquidas de reversões	41.026	28.150
Atualização monetária	15.066	9.438
Saldo no final do exercício	214.633	158.541

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A BRADESPAR mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

A BRADESPAR é parte de um Procedimento Arbitral instaurado por iniciativa da Elétron S.A. (ELÉTRON) contra a Companhia e a Litel Participações S.A. (LITEL), no qual a ELÉTRON pede o reconhecimento de seu direito de (i) adquirir uma determinada quantidade de ações da VALEPAR, que não poderá exceder a 37.825.097 ações ordinárias; e (ii) ser indenizada por eventuais perdas e danos. Em 3 de outubro de 2011, o Tribunal Arbitral, com base na sentença parcial anterior, decidiu, por maioria, que a BRADESPAR e a LITEL estão obrigadas a: (i) proceder à venda de ações da VALEPAR à ELÉTRON, pelo valor de R\$ 632 milhões, que deverá ser corrigido pela UFIR-RJ, entre 12 de junho de 2007 e a data do efetivo pagamento; e (ii) recompor os dividendos e os juros sobre o capital próprio, distribuídos pela VALEPAR, a partir de 12 de junho de 2007, cujo montante, em 31 de dezembro de 2011, correspondia a aproximadamente R\$ 133 milhões, já corrigido pelo CDI. O pedido de indenização por perdas e danos foi rejeitado pelo Tribunal Arbitral. A Companhia ingressou com ação nulatória da sentença arbitral na comarca do Rio de Janeiro e considera que o valor da perda possível que poderia afetar suas demonstrações contábeis não deve ultrapassar a 2% de seu Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2011.

A ANTARES, controlada direta da BRADESPAR, foi atuada pela Receita Federal do Brasil, por ser sucessora de parcela cindida da VBC Participações S.A. (VBC), relativamente à compensação nesta empresa de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, quando de sua cisão total e, consequente, extinção, em montante superior à trava de 30% imposta pelos artigos 42 e 58 da Lei nº 8.981/95. O montante dessas atuações a valor de 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 127.994 para o imposto de renda e de R\$ 45.784 para a contribuição social sobre o lucro líquido (2010 - R\$ 121.787 para o imposto de Renda e de R\$ 43.564 para a contribuição social sobre o lucro líquido).

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Ordinárias	122.523.049	122.523.049
Preferenciais	227.024.896	227.024.896
Total	349.547.945	349.547.945

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 28 de abril de 2011 deliberou-se aumentar o capital social, no valor de R\$ 220.000, elevando-o de R\$ 3.000.000 para R\$ 3.220.000, mediante a capitalização do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária", sem emissão de ações.

b) Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo estatuto social no reembolso do capital e adicional de 10% (dez por cento) de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, conforme disposto no inciso II do parágrafo 1º do Artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/01.

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que, somados, correspondam, no mínimo, a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos propostos, relativos ao exercício de 2011, está demonstrado a seguir:

	R\$	% (1)
Lucro líquido do exercício	2.023.552	
(-) Reserva legal	(101.178)	
Base de cálculo ajustada	1.922.374	
Juros sobre o capital próprio pagos	253.000	
Juros sobre o capital próprio complementares provisionados	65.000	
Imposto de renda na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	(47.700)	
Juros sobre o capital próprio (líquido)	270.300	
Dividendos pagos	1.800	
Dividendos complementares provisionados	342.070	
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos acumulados em 2011	614.170	31,95
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos acumulados em 2010	535.690	31,95

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos aplicado sobre a base de cálculo ajustada.

Buscando o aprimoramento das práticas de Governança Corporativa, com o objetivo de conferir maior previsibilidade à remuneração dos acionistas, a BRADESPAR passou a adotar, a partir de 2006, Política Indicativa de Remuneração Anual Mínima, a ser distribuída na forma de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio, com base nas perspectivas para o fluxo de caixa da Companhia, conforme segue:

- A Diretoria da Companhia anuncia até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano, proposta a ser encaminhada ao Conselho de Administração para pagamento de remuneração mínima aos acionistas, estipulada em US\$ (dólar norte-americano), em duas parcelas semestrais, até o dia 15 dos meses de maio e novembro;
- Os valores aprovados são convertidos em moeda corrente nacional, pela cotação do dólar de venda (Ptax-opção 5), divulgado pelo Banco Central do Brasil, do dia útil anterior ao da realização das reuniões do Conselho de Administração, que tiverem deliberado sobre as declarações e pagamentos das referidas remunerações; e
- A Diretoria poderá ainda, propor ao Conselho de Administração, fundamentada em análise da evolução do fluxo de caixa da Companhia, a declaração e pagamento de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio adicionais à remuneração mínima que vier a ser anunciada.

Em 13 de maio de 2011, a BRADESPAR pagou aos seus acionistas, a 1ª parcela da Remuneração Anual aos Acionistas, no valor de US\$ 204.139, superior à parcela mínima de US\$ 150.000, conforme segue:

- Juros sobre o Capital Próprio, no valor de R\$ 65.600, sendo o valor bruto por ação ordinária de R\$ 0,176225449 (R\$ 0,149791632 líquido do imposto de renda na fonte) e por ação preferencial de R\$ 0,193847994 (R\$ 0,164770795 líquido do imposto de renda na fonte); e
 - Dividendos, no valor de R\$ 255.000, sendo R\$ 0,685022706 por ação ordinária e R\$ 0,753524977 por ação preferencial.
- Em 14 de novembro de 2011, a BRADESPAR pagou aos seus acionistas, a 2ª parcela da Remuneração Anual aos Acionistas, no valor de US\$ 150.000, conforme segue:
- Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 253.000, sendo R\$ 0,679649979 (R\$ 0,577702482 líquido do imposto de renda na fonte) por ação ordinária e R\$ 0,747614978 (R\$ 0,635472731 líquido do imposto de renda na fonte) por ação preferencial; e
 - Dividendos no valor de R\$ 1.800, sendo R\$ 0,004835454 por ação ordinária e R\$ 0,005319001 por ação preferencial.

c) Ações em Tesouraria

A BRADESPAR possui programa de aquisição de ações de própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento. A Diretoria da Companhia está autorizada, pelo prazo de seis meses, a adquirir até 1.500.000 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 500.000 ordinárias e 1.000.000 preferenciais. As autorizações são renovadas semestralmente pelo Conselho de Administração.

13) TRIBUTOS A COMPENSAR OU A RECUPERAR E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

I - CONTROLADORA

a) Os impostos a compensar e a recuperar referem-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio recebidos, no montante de R\$ 98.858 (2010 - R\$ 91.656).

b) Demonstração do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.074.153	1.759.806

Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente

Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	704.430	578.572
Despesas e provisões indedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	(9.388)	(9.720)
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(105.542)	(88.138)
Juros sobre o capital próprio (pagos)	108.324	86.836
Créditos tributários não ativados	(43.237)	(20.216)
Outros valores	24	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(50.601)	-

c) Créditos Tributários

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os créditos tributários foram baixados, visto não ter expectativa de lucro tributável para os próximos períodos. Em 31 de dezembro de 2010, referiam-se a prejuízos fiscais de R\$ 24.682, base negativa de contribuição social de R\$ 9.552 e a diferenças temporárias de R\$ 768. Os créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2011, totalizavam R\$ 491.412 (2010 - R\$ 448.328).

II - CONSOLIDADO

a) Os impostos a compensar e a recuperar referem-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio recebidos, no montante de R\$ 112.305 (2010 - R\$ 112.240).

b) Demonstração do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.087.022	1.785.598

Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente

(709.587)	(607.103)
-----------	-----------

Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:

Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	662.092	535.682
Despesas e provisões indedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	(13.243)	(12.561)
Juros sobre o capital próprio/dividendos (recebidos e a receber)	(67.957)	(8.744)
Juros sobre o capital próprio (pagos)	108.324	86.836
Créditos tributários não ativados	(43.170)	(20.085)
Outros valores	71	183
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(63.470)	(25.792)

c) Créditos Tributários

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os créditos tributários foram baixados, visto não ter expectativa de lucro tributável para os próximos períodos. Em 31 de dezembro de 2010, referiam-se a prejuízos fiscais de R\$ 24.682, base negativa de contribuição social de R\$ 9.552 e a diferenças temporárias de R\$ 768. Os créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2011, totalizavam R\$ 530.047 (2010 - R\$ 487.031).

14) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	Controladora	Consolidado
	2011	2010
Receita de aplicações financeiras	16.689	16.985
Variação no valor justo e juros sobre debêntures	(93.833)	(79.714)
Outros	(6.334)	(3.887)
Total	(83.478)	(66.616)

15) PARTES RELACIONADAS

I - Os principais saldos e transações entre a BRADESPAR e suas controladas podem ser demonstrados como segue:

a) BRADESPAR

	Ativo(passivo)		Recetas(despesas)	
	2011	2010	2011	2010

Dividendos de ações resgatáveis e juros sobre o capital próprio:

- ANTARES	-	686	-	-
- VALEPAR	288.030	94.902	537.328	304.992

Ações resgatáveis

- VALEPAR	729.773	935.870	-	-
-----------------	---------	---------	---	---

b) ANTARES

	Ativo(passivo)		Recetas(despesas)	
	2011	2010	2011	2010

Dividendos de ações resgatáveis e juros sobre o capital próprio:

- BRADESPAR	-	(686)	-	-
-------------------	---	-------	---	---

c) BRUMADO

	Ativo(passivo)		Recetas(despesas)	
	2011	2010	2011	2010

Dividendos de ações resgatáveis:

- VALEPAR	11.287	11.287	73.680	79.370
-----------------	--------	--------	--------	--------

Ações resgatáveis

- VALEPAR	440.046	440.046	-	-
-----------------	---------	---------	---	---

d) VALEPAR

	Ativo(passivo)		Recetas(despesas)	
	2011	2010	2011	2010

Dividendos de ações resgatáveis e juros sobre o capital próprio:

- BRADESPAR	(288.030)	(94.902)	(537.328)	(304.992)
- BRUMADO	(11.287)	(11.287)	(73.680)	(79.370)

Ações resgatáveis

- BRADESPAR	(729.773)	(935.870)	-	-
- BRUMADO	(440.046)	(440.046)	-	-

II - Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
 - A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Administradores da BRADESPAR.
- Para 2011, foi determinado o valor máximo de R\$ 3.500 para remuneração dos Administradores e de R\$ 2.500 para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Proventos	3.264	2.443
Contribuição ao INSS	653	488
Total	3.917	2.931

Benefícios pós-emprego

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Planos de previdência complementar de contribuição definida	2.466	1.837

A BRADESPAR não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem em conjunto a seguinte participação acionária na BRADESPAR:

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Ações Ordinárias	0,6934%	0,6879%
Ações Preferenciais	0,5661%	0,5444%
Total de Ações	0,6107%	0,5947%

16) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A classificação dos Instrumentos Financeiros é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Empres- timos e recebíveis	Disponíveis para venda	Empres- timos e recebíveis	Disponíveis para venda
Ativos Financeiros				

Ativos Financeiros	Receber	Venda	Total	Receber	Venda	Total
Caixa e equivalentes de caixa.....	250.468	-	250.468	263.983	-	263.983
Recebíveis de ações preferenciais resgatáveis	745.416	-	745.416	1.196.749	-	1.196.749
Ativo financeiro disponível para venda.....	-	-	-	-	1.315.098	1.315.098
Total dos Ativos	995.884	-	995.884	1.460.732	1.315.098	2.775.830

Sumário

Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BRADESPAR SA	3

io | e-negociospublicos

Divulgação das licitações de todos os negócios públicos realizados no Estado, disponíveis gratuitamente para pesquisa.

Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação

www.imprensaoficial.com.br/negociospublicos



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 122 • Número 54
São Paulo, quarta-feira, 21 de março de 2012

Página 7

Imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Bradespar S.A.

CNPJ 03.847.461/0001-92
São Paulo - SP



MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Em 2011, apesar da desaceleração da economia global e a consequente turbulência financeira, o resultado alcançado pela BRADESPAR atingiu números recordes, por meio do desempenho positivo de suas investidas VALE e CPFL Energia.

No último ano, a BRADESPAR registrou o maior Lucro Líquido de sua história, R\$ 2 bilhões, valor 15% superior em relação a 2010. A remuneração paga aos acionistas, na forma de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio, atingiu sua maior marca, somando R\$ 575,4 milhões, fato que reafirma o compromisso da BRADESPAR de gerar maior valor a seus investidores.

Adicionalmente, a Companhia empreendeu ações para a reestruturação financeira do seu passivo, com a liquidação da Segunda Série da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, no montante de R\$ 807,5 milhões, e a colocação da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, no valor de R\$ 800 milhões.

A VALE, principal investimento da BRADESPAR, teve forte desempenho em 2011, caracterizado por recordes de Receita Operacional, Geração de Caixa, Margem Operacional e Lucro Líquido, resultando em R\$ 1,9 bilhão em equivalência patrimonial, 23,6% acima do valor registrado no exercício anterior. Cabe destacar que a BRADESPAR participa ativamente do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento da VALE, contribuindo positivamente, em conjunto com os demais acionistas controladores da Valepar S.A., para a tomada de decisões estratégicas, visando à maior rentabilidade e ao maior crescimento da empresa.

A CPFL Energia, por sua vez, destaca-se pela liderança que exerce no setor em que atua, estratégico para o desenvolvimento econômico do País. Seus resultados possibilitaram o recebimento de R\$ 64,8 milhões em Dividendos, em 2011.

Para a BRADESPAR, é constante a preocupação da transparência com analistas e investidores. Assim, por meio de sistemática divulgação de informações e de reuniões periódicas, a Companhia fortalece o relacionamento com esses públicos. A estratégia de comunicação, em consonância com as melhores práticas de Governança Corporativa, proporcionou, em 2011, encontros na APIMEC - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - em São Paulo e no Rio de Janeiro -, além da participação em eventos e reuniões com diversos investidores e instituições financeiras no Brasil e no exterior.

Pelos êxitos obtidos, agradecemos o trabalho dedicado e eficiente dos nossos administradores e colaboradores e o apoio e confiança dos nossos acionistas, alicerces essenciais à prosperidade e continuidade do negócio.

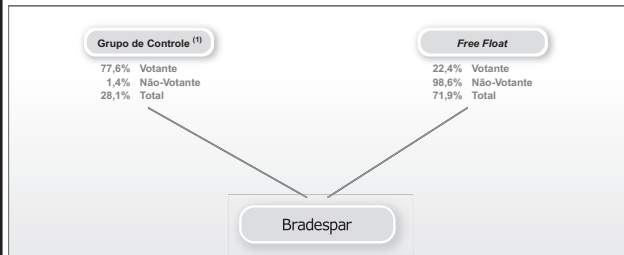
São Paulo, SP, 15 de março de 2012.

Lázaro de Mello Brandão
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Estrutura Acionária

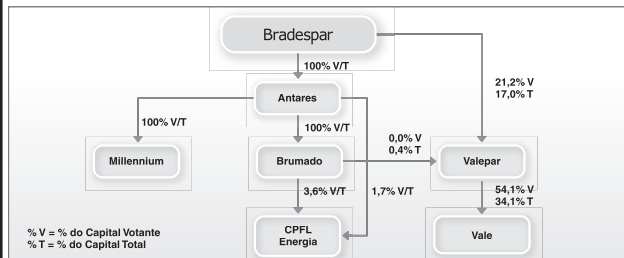
Em 31.12.2011, o capital social da BRADESPAR era constituído por 349.547.945 ações, sendo 122.523.049 ações ordinárias e 227.024.896 ações preferenciais, com a seguinte estrutura de participação:



(1) Composto por: Cidade de Deus - Cia. Comercial de Participações, Nova Cidade de Deus Participações S.A., Fundação Bradesco e NCF Participações S.A.

Estrutura dos Investimentos

Constituída em março de 2000 - a partir da cisão parcial do Banco Bradesco S.A. -, a BRADESPAR concentra seus investimentos, atualmente, na VALE e na CPFL Energia. No encerramento do exercício, o valor de mercado de seus ativos, deduzida a dívida líquida, correspondia a cerca de R\$ 12,7 bilhões.



COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO DA COMPANHIA

Abaixo, está apresentada a Demonstração do Resultado Consolidado, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstração de Resultado

	4T11	4T10	Var. %	2011	2010	Var. %
Equivalência Patrimonial	438.229	499.043	-12,2%	1.947.329	1.575.536	23,6%
Juros Ações Resgatáveis	45.187	70.654	-36,0%	216.845	248.186	-12,6%
Dividendos de Investimentos	-	-	-	64.801	75.167	-13,8%
Receita Operacional	483.416	569.697	-15,1%	2.228.975	1.898.889	17,4%
Despesas de Pessoal	(2.121)	(949)	123,5%	(6.566)	(4.784)	37,2%
Despesas Gerais e Administrativas	(3.879)	(3.795)	2,2%	(9.581)	(11.458)	-16,4%
Receitas (Despesas) Financeiras	(17.808)	(16.776)	6,2%	(80.678)	(61.301)	31,6%
Despesas Tributárias	(17.879)	(19.731)	-9,4%	(48.279)	(35.748)	35,1%
Outras Receitas Operacionais	3.151	-	-	3.151	-	-
Resultado Operacional	444.880	528.446	-15,8%	2.087.022	1.785.598	16,9%
Resultado antes de IRCS	444.880	528.446	-15,8%	2.087.022	1.785.598	16,9%
Imposto de Renda/Contribuição Social	19.284	(12.727)	-	(83.470)	(25.792)	-
Lucro Líquido	464.164	515.719	-10,0%	2.023.552	1.759.806	15,0%

Receita Operacional

Como Companhia de Investimentos, a BRADESPAR tem sua Receita Operacional originada do Resultado de Equivalência Patrimonial, que inclui Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio recebidos da Valepar/VALE, Juros das Ações Resgatáveis recebidas da Valepar e Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio recebidos da CPFL Energia.

Em 2011, a BRADESPAR apresentou Receita Operacional de R\$ 2,2 bilhões, 17,4% superior ao mesmo período de 2010, retratando a seguinte contribuição das empresas investidas:

- Resultado de R\$ 1,9 bilhão relacionado à Equivalência Patrimonial da Valepar/VALE, com crescimento de 23,6% em relação a 2010;
- R\$ 216,8 milhões referentes aos juros das ações resgatáveis da Valepar, 12,6% inferior a 2010, devido à menor quantidade de ações após os resgates realizados; e
- R\$ 64,8 milhões de Dividendos recebidos da CPFL Energia, com redução de 13,8% em relação ao mesmo período de 2010.

Cumprir destacar que, em 2011, a despeito de um ambiente econômico desafiador, a VALE alcançou seu melhor resultado anual, R\$ 37,8 bilhões, caracterizado por recordes de receitas operacionais, lucro operacional, geração de caixa e margem operacional. Ao mesmo tempo, o retorno aos acionistas atingiu o valor recorde de US\$ 12 bilhões, confirmando o comprometimento da empresa com a criação de valor para seus investidores.

Despesas de Pessoal, Gerais e Administrativas

Em 2011, o total das Despesas de Pessoal, Gerais e Administrativas somou R\$ 16,1 milhões, representando queda de 0,6% em relação a 2010.

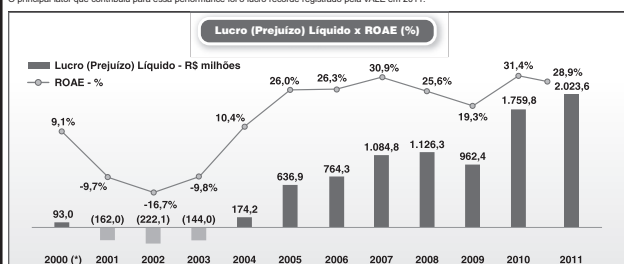
Resultado Financeiro

A Despesa Financeira Líquida da BRADESPAR, em 2011, foi de R\$ 80,7 milhões, 31,6% superior ao mesmo período de 2010, devido, principalmente, aos juros das Debêntures da BRADESPAR, calculados com base no CDI, que evoluiu de 9,7% em 2010 para 11,6% em 2011, impactado pelo aumento da taxa básica de juros (SELIC) no período.

Lucro Líquido do Período

A BRADESPAR apresentou Lucro Líquido de R\$ 2 bilhões em 2011, 15% superior ao ano anterior, sendo o melhor resultado da história da Companhia. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) alcançou 28,9%.

O principal fator que contribuiu para essa performance foi o lucro recorde registrado pela VALE em 2011.



(*) Corresponde a 10 meses de atividade.

Obs.: ROAE = Lucro Líquido/Patrimônio Líquido Médio - Não considera o efeito da marcação a mercado dos Títulos Disponíveis para Venda registrado no Patrimônio Líquido.

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Na BRADESPAR, a previsibilidade quanto ao recebimento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio é assegurada pela "Política Indicativa de Remuneração Anual Mínima aos Acionistas", sem prejuízo ao disposto no Estatuto Social, que determina a distribuição de no mínimo 30% do Lucro Líquido Ajustado.

Em consonância com essa política, em 28 de fevereiro de 2011, foi anunciada a proposta da Diretoria para pagamento de remuneração mínima em Real, distribuída na forma de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio, equivalente a US\$ 300 milhões, dividida em duas parcelas de US\$ 150 milhões, pagas em maio e novembro.

O pagamento da 1ª Parcela, em 13 de maio de 2011, foi composto pelo valor em Reais equivalente a US\$ 204,1 milhões, tendo sido distribuídos R\$ 255 milhões a título de Dividendos e R\$ 65,8 milhões de Juros sobre o Capital Próprio.

A 2ª Parcela, no valor em Real equivalente a US\$ 150 milhões, paga em 14 de novembro de 2011, compreendeu R\$ 253 milhões de Juros sobre o Capital Próprio e R\$ 1,8 milhão de Dividendos.

Os Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos em 2011 somaram R\$ 575,4 milhões, equivalentes a US\$ 354,1 milhões, superiores em 18% à Remuneração Anual Mínima de US\$ 300 milhões anunciada, sendo o maior volume anual já pago pela BRADESPAR.

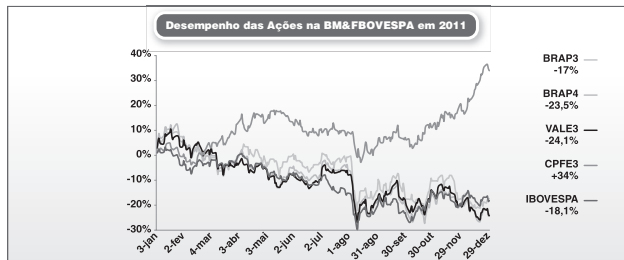
Em dezembro de 2011, foi constituído provimento complementar de R\$ 407,1 milhões, para o pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio, referente ao exercício de 2011, conforme o Estatuto Social da Companhia.

Em fevereiro de 2012, a BRADESPAR anunciou a distribuição mínima no valor total equivalente a US\$ 320 milhões para o corrente exercício, a serem convertidos em Reais pela cotação do Dólar de venda (Ptax-opção 5), divulgada pelo Banco Central do Brasil, do dia útil anterior ao da realização das reuniões de Conselho de Administração, previstas para os dias 25 de abril e 31 de outubro de 2012.

Mercado de Capitais

Desde sua criação, as ações da BRADESPAR são negociadas sob os códigos BRAP3 (ON) e BRAP4 (PN), sendo que as ações preferenciais integram o Ibovespa, o mais relevante índice da BM&FBOVESPA, que inclui as companhias mais líquidas do mercado brasileiro. Em decorrência de seu modelo de Governança Corporativa, os papéis da BRADESPAR estão listados no Nível 1 da Bolsa de Valores, cujas práticas diferenciadas também os credenciam ao Índice de Governança Corporativa (IGC).

Além disso, com o propósito de ampliar as alternativas de transação, bem como a liquidez das ações no mercado de capitais internacional, a BRADESPAR também tem seus títulos negociados no Latibex - Mercado de Empresas Latino-Americanas da Bolsa de Valores de Madri, na Espanha -, em Euros, por meio do Programa de Depositary Receipts (GDRs).

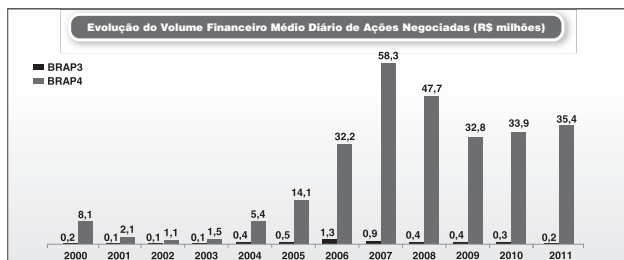


Cotações ajustadas por proventos, incluindo Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio.

Fonte: Economática

Liquidez

Em 2011, a média diária do volume de ações preferenciais de emissão da BRADESPAR negociada, situou-se em R\$ 35,4 milhões.



Fonte: Economática

Prêmio/Desconto

Até o final de 2011, as participações detidas pela BRADESPAR atingiram valor de mercado de cerca de R\$ 13,3 bilhões, sem considerar qualquer prêmio de controle para a participação na VALE. Esse total é composto pelo investimento na VALE, com 90,1%, e pelo investimento na CPFL Energia, com 9,9%.

Em relação ao valor de mercado das participações nas empresas investidas, o valor de mercado da BRADESPAR, deduzido-se a Dívida Líquida de R\$ 583,4 milhões, apresentou desconto de 9,4%.

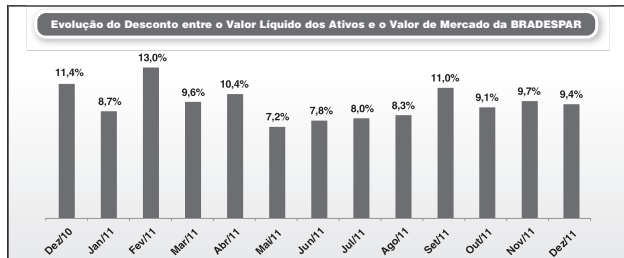
Valor Líquido dos Ativos da BRADESPAR x Valor de Mercado da BRADESPAR (preços de fechamento em 29/12/11)

Companhias	Cotação (R\$/ação)	Quantidade de Ações	% do Capital Total	Valor de Mercado (R\$ mil)	Valor de Mercado (EURO mil)	Valor de Mercado (EURO mil)
VALE ON (1)	39,45	299.380.600	5,87%	11.810.565	6.296.282	4.874.356
VALE PN (1)	37,82	3.547.702	0,07%	134.174	71.529	55.375
CPFL-E ON	26,02	50.541.820	5,26%	1.315.098	701.086	542.756
Valor Total dos Ativos da BRADESPAR (A)				13.259.837	7.068.897	5.472.487
Dívida Líquida da BRADESPAR (B) (2)				(583.371)	(310.998)	(240.764)
Caixa da BRADESPAR				263.495	140.471	108.747
Dívida Bruta da BRADESPAR				(846.856)	(451.469)	(349.511)
Valor Líquido dos Ativos da BRADESPAR (C) = (A) + (B)				12.676.466	6.757.899	5.231.723
Valor de Mercado da BRADESPAR (D)				11.485.176	6.122.815	4.740.065
Ações Ordinárias (BRAP3)	35,02	122.523.049		4.290.757	2.287.428	1.770.845
Ações Preferenciais (BRAP4)	31,69	227.024.896		7.194.419	3.835.387	2.969.220
Diferença entre o Valor Líquido dos Ativos e o Valor de Mercado da BRADESPAR (C) - (D)				1.191.290	635.084	491.658
DESCONTO %				9,4%		

(1) A quantidade de ações da VALE foi calculada com base nos percentuais de participação detidos por meio da Valepar.

(2) Dívida Líquida em 29/12/2011.

(3) ((Valor de mercado da BRADESPAR)/(Valor dos Ativos + Dívida Líquida)) - 1



Obs.: Desconto no último dia útil de cada mês.

continua

BRADESPAR

BRADESPAR S.A.
CNPJ 03.847.451/0001-92
São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado

As demonstrações contábeis consolidadas da BRADESPAR incluem as seguintes empresas controladas, direta e indiretamente:

Empresas	Participação direta e indireta da BRADESPAR (em %)	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
ANTARES (4).....	100,00	100,00
MILLENNIUM.....	100,00	100,00
BRUMADO.....	100,00	100,00

A BRADESPAR avaliou os eventos subsequentes até 15 de março de 2012, data de aprovação das demonstrações contábeis.

3.1 PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS - CONTROLADORA E CONSOLIDADO

I - Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da BRADESPAR.

II - Ativos Circulante e Não Circulante

São demonstrados pelo custo de realização ou do custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base "pro-rata"), ajustados aos valores prováveis de realização, quando aplicável.

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, sendo reconhecidos, quando aplicável, no ativo circulante e no não circulante, realizável a longo prazo.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em fundos de investimento, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e a apresentação risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela empresa para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. O valor de mercado dos fundos de investimento é determinado com base no valor da cota do último dia do período, informada pelo administrador dos fundos.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

• Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Nesta categoria encontram-se o valor do principal e juros das ações preferenciais resgatáveis da Valepar. A composição dos recebíveis de ações resgatáveis está apresentada na Nota 8 e;

• Disponíveis para venda - são ativos não derivativos registrados inicialmente pelo seu valor de aquisição, que é o valor justo do preço pago, incluindo as despesas de transação. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelos valores justos por referência ao seu valor de mercado na data da demonstração contábil, em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. Nesta categoria encontram-se as ações da CPFL Energia S.A. (CPFL);

d) Investimentos

As participações nos investimentos em coligadas, controladas e controladas de controle compartilhado são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e, quando aplicável, acrescidas/deduzidas de ajustes de avaliação e amortizável e de provisão para perda por redução ao valor recuperável - impairment.

A composição dos investimentos está apresentada na Nota 9.

e) Redução ao valor recuperável de ativos - impairment

A Companhia avalia a cada período se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração dos seus ativos e esta puder ser estimada de maneira confiável, reconhece o resultado a perda por impairment. No exercício de 2011 e de 2010, não houve perda por impairment.

III - Passivos Circulante e Não Circulante

São demonstrados pelo custo de realização e calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos (em base "pro-rata"), quando aplicável.

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias:

• Pelo custo amortizado - são os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado, inicialmente são registrados pelo seu valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado;

• Pelo valor justo por meio do resultado designados no reconhecimento inicial - são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado. Nesta categoria encontram-se as debêntures emitidas pela Companhia. A composição das debêntures está apresentada na Nota 10;

• Provisão para o imposto de renda - é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável.

A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro tributável, antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídos provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

Nas operações de captação de recursos, através da emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são registradas como reduções do passivo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação.

IV - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisões e obrigações legais das contingências atuais e passivas, e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM nº 594/00, sendo:

• Ativos Contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possua controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas;

• Provisões - são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações decorrentes dos processos reconhecidos, devendo ser apenas divulgadas nas notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;

• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais - decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos, integralmente, nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, estão apresentados na Nota 11.

V - Apuração do Resultado

Estabelece de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independente de recebimento ou pagamento.

VI - Lucro por Ação

O lucro líquido por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria). Não há fatores de diluição do lucro.

4.1 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A apresentação das demonstrações contábeis em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planejou realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada na intenção da Administração, na data da aquisição dos títulos, em manter ou negociar tais títulos. O tratamento contábil dos títulos que possuem indicadores do valor justo, na data da aquisição, é o custo amortizado.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "preços de controle" resultantes dos acordos de ações com acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação dos preços de mercado, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e a qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve, inclusive, ser um desdobramento no valor justo abaixo do custo amortizado em um título devido ao fato de que os valores futuros de retorno são incertos e que seja possível ocorrer uma desvalorização do custo amortizado e que possamos sofrer a redução como despesa. Na avaliação, se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e qual severa uma perda pode ser reconhecida.

Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso os modelos utilizados ou as suposições e estimativas fossem inexatas.

Imposto de renda e contribuição social

A avaliação está relacionada à análise de nossos ativos e passivos fiscais diferidos e imposto de renda e contribuição social a pagar. Em geral, nossa avaliação segue que não há impacto nos valores futuros de retorno de renda e contribuição social a pagar. A avaliação da possibilidade de que um ativo fiscal diferido possa ser realizado é subjetiva e envolve avaliações e suposições que são incertas em sua origem. A realização dos ativos fiscais diferidos está sujeita a alterações nas alíquotas fiscais futuras e ao desenvolvimento de nossas estratégias de planejamento tributário. As avaliações e suposições são alteradas no decorrer do tempo como resultado de acontecimentos ou circunstâncias imprevistas, modificando o nosso julgamento ao determinar o valor de nossas obrigações fiscais.

b) As participações societárias diretas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial da BRADESPAR são demonstradas a seguir:

Empresas	Resultado Líquido Ajustado		Resultado Ajustado		Quantidade de Ações em Circulação (mil ON)
	Capital Social	Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Resultado Ajustado	
ANTARES (4).....	322.700	1.244.031	124.525	124.525	-
VALEPAR (2) (3) (4).....	7.258.855	43.487.108	11.164.596	275.966	275.966
Total.....					

(1) Considera os resultados apurados pelas companhias incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicável;

(2) Controlada de Controle Parcializado;

(3) O patrimônio líquido ajustado contempla o montante de R\$ 700.656, relativos à ajuste ao critério contábil da CONTROLADORA, referente ao prazo de amortização de ações provenientes de expectativa de resultado futuro, cuja amortização deixou de ser efetuada a partir do exercício de 2009, conforme disposto pelo CPC 13 e;

(4) A empresa teve suas informações referentes a 31 de dezembro de 2011 revisadas pelos mesmos auditores independentes da BRADESPAR.

c) Composição dos investimentos do Consolidado

Empresa	Total dos Investimentos		Ajuste Decorrente de Avaliação (1)	
	31.12.2011	31.12.2010	2011	2010
-VALEPAR.....	7.515.114	1.244.031	1.244.031	1.244.031
-VALEPAR - ajuste reflexo (2).....	66.419	(287.580)	(179.323)	1.575.536
Total Geral.....	7.581.533	5.674.268	4.343.383	1.947.329

(1) Considera os resultados apurados pelas companhias incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicável;

(2) Ajustes de avaliação patrimonial, conforme Lei nº 11.636/07 e CPCs 2 e 8, e que são registrados em contrapartida ao patrimônio líquido.

10) DEBÊNTURES A PAGAR

Em 2009, a BRADESPAR efetuou a segunda emissão pública de 800.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), totalizando R\$ 800.000, sendo duas séries: (i) na primeira foram colocadas 140.000 debêntures, com vencimento em 361 dias, o que no segundo foram colocadas 660.000 debêntures, com vencimento em 721 dias a contar da data de emissão. Os juros da primeira série foram correspondentes a 105,0% da variação acumulada das taxas médias diárias das DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, base 252 dias de calendário, com vencimento em 361 dias a contar da data de emissão, ou seja, no dia 4 de julho de 2012. As debêntures da primeira série foram já a juros remuneratórios correspondentes a 103,8% da variação acumulada das taxas médias diárias das DI "over the swap" - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 dias de calendário, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"). Incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures. As debêntures da segunda série foram já a juros remuneratórios correspondentes a 105,8% da taxa DI, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures, ambas calculadas desde a data de emissão até o final do período de capitalização, pro-rata temporis. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo atualizado monta a R\$ 846.918.

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém existem processos cuja perspectiva de êxito é provável, sendo os principais:

• COFINS - R\$ 3.74 (2010 - R\$ 8.900): Pleiteia a restituição ou compensação da COFINS, recolhida nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2011, naquilo que exceder ao que seria devido no futuro;

• Programa de Integração Social (PIS) - R\$ 2.031 (2010 - R\$ 1.541): Pleiteia a restituição ou compensação do PIS, recolhido nos termos da Lei nº 9.718/98, no período de janeiro a outubro de 2011, naquilo que exceder ao que seria devido nos termos da Lei Complementar nº 7/70 (PIS Repagável), ou, quando menos, naquilo que exceder ao que seria devido no futuro;

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e Obrigações Legais

As despesas que compõem o CONSOLIDADO são parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da BRADESPAR entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Provisões

A BRADESPAR, por força do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações representativas da capital social da Brasdespar Participações Ltda. (BRADESPAR), celebrado com o Banco Bradesco S.A. (BRADESCO) em maio de 2006, é responsável por processos judiciais tributários (PIS e COFINS) da ex-controladora BRADESPAR, sendo constituída provisão no montante de R\$ 49.734, tendo sido revisada em R\$ 21.960, em função da decisão favorável transitada em julgado sobre processo da COFINS. Em 31 de dezembro de 2011, o valor atualizado era de R\$ 35.941 (2010 - R\$ 35.285).

II - Obrigações Legais

A BRADESPAR vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos seus assessores jurídicos.

As principais questões são:

• PIS e COFINS - R\$ 168.550 (2010 - R\$ 112.209): Pleiteia a inclusão, nas bases de cálculo do PIS e da COFINS, dos juros sobre o capital próprio recebidos das investidas e dos passivos tributários não reconhecidos no balanço patrimonial das investidas;

• PIS e COFINS - R\$ 10.098 (2010 - R\$ 9.609): Pleiteia a calcular e recolher a COFINS, a partir de novembro de 2001 a janeiro de 2004, sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 8.718/98.

III - Movimentação das Provisões e Obrigações Legais

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Saldo no início do exercício.....	158.541	120.953
Constituições líquidas de reversões.....	41.026	28.150
Atualização monetária.....	15.066	9.438
Saldo no final do exercício.....	214.633	158.541

Constantemente monitoramos e avaliamos o impacto sobre nossas obrigações com relação à novas leis tributárias, bem como novos eventos que poderiam afetar as avaliações e suposições de nossa análise sobre a possibilidade de realizar ações fiscais diferidos.

É preciso julgarmente opinar na determinação da probabilidade de uma posição sobre imposto de renda e contribuição social ser sustentada sob exame, mesmo depois de realizado de qualquer processo judicial ou administrativo relacionado, com base em méritos técnicos. Julgamento adicional é, então, requerido para determinar o valor do benefício elegível para reconhecimento em nossas demonstrações contábeis.

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotas não requerem provável e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos assessores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e se o estimar seu valor, nós também consideramos:

• a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorreram antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós na data das demonstrações contábeis, porém antes das demonstrações contábeis;

• a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrem após a data das demonstrações contábeis, porém antes da sua publicação.

5) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

A Companhia elaborou suas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS com base nos pronunciamentos já emitidos pelo CPC e referendados pela CVM. Os pronunciamentos emitidos pelo IASB, e ainda não emitidos pelo CPC, portanto não referendados pela CVM, não serão adotados antecipadamente pela Companhia.

a) Pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos ou atualizados pelo CPC, adotados durante o exercício de 2011

CPC 10 (R1) - Investimento em empreendimento controlado em conjunto (Joint Venture)

CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos

CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária

CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis

CPC 35 (R1) - Demonstrações separadas correlação às normas internacionais de contabilidade

CPC 36 (R2) - Demonstrações consolidadas

b) Interpretações e orientações emitidos ou atualizados pelo IASB e ainda não referendados pela CVM, consequentemente, não adotados pela Companhia

IAS 01 - Apresentação das demonstrações financeiras

IAS 19 - Benefícios a empregados

IAS 28 - Investimentos em coligadas

IFRS 09 - Instrumentos financeiros

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas

IFRS 11 - Acordos em conjunto

IFRS 12 - Divulgação de investimento em outras entidades

IFRS 13 - Mensuração de valor justo

6) GESTÃO DE RISCOS

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para o planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Desta forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta.

A BRADESPAR é uma empresa holding na qual a origem do resultado deve ser, basicamente, a equivalência patrimonial de suas controladas e controladas coligadas. Portanto, este risco é gerenciado, principalmente, ao impacto das variações negativas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), ações inerentes a processos internos (risco operacional) e aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez).

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como, encontrar dificuldades em atender às necessidades do fluxo de caixa, devido a restrições de liquidez do mercado.

Para mitigar esse risco, possuímos registrado em nosso ativo, conta a receber de ações preferenciais resgatáveis com prazos de vencimentos escalonados em curto prazo. Portanto, este risco é gerenciado, principalmente, ao impacto das variações negativas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), ações inerentes a processos internos (risco operacional) e aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez).

Gestão de risco de crédito

O risco de crédito decorre de potenciais impactos negativos no fluxo de caixa devido à incerteza na capacidade das contrapartes de cumprir suas obrigações contratuais. Portanto, este risco é gerenciado, basicamente, de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito de conta a receber em aberto.

Consideramos baixo o risco de crédito de exposição originada por aplicações financeiras, uma vez que mantemos valores não significativos em aplicações, pois há constante diversificação do universo de juros sobre o capital próprio destinados aos acionistas ao longo do ano, além de liquidez de juros e/ou valores do principal das debêntures emitidas.

• Perfil de risco de contrapartes

A Companhia entende que a análise de risco de crédito qualitativa, que leva em consideração a história de pagamento da contraparte, o tempo de relacionamento com a BRADESPAR, sua posição estratégica em seu setor econômico, sendo a VALEPAR, controladora da VALE, principal investimento mantido pela Companhia, que proporciona o principal fluxo de caixa.

De acordo com o risco de crédito de uma contraparte específica, a Companhia utiliza a estratégia de garantias corporativas como mitigação de risco de crédito. A Companhia controla os recebíveis para garantir que não há valores de principal ou juros não honrados pela contraparte.

Risco de mercado

A Companhia está exposta ao comprometimento de alguns fatores de risco de mercado, que podem impactar seu fluxo de caixa, como o risco de mudanças no preço de ações, em razão de investimentos mantidos como disponíveis para venda e risco de taxa de juros devido a debêntures emitidas através de taxas variáveis. A avaliação do potencial de impacto é feita periodicamente para apoiar o processo de decisão, suportar a estratégia de crescimento da Companhia e monitorar a volatilidade dos fluxos de caixa futuros.

Risco operacional

A gestão de risco operacional, que a BRADESPAR utiliza para gerir a incerteza relacionada à eventual inadequação ou deficiência de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos, se faz com a mitigação desse risco através da criação de controles e da melhoria constante dos controles já existentes.

7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Em 31 de dezembro Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Disponibilidades em moeda nacional.....	5	11	788	841
Depósitos de investimento financeiro.....	250.468	156.985	172.680	172.680
Total.....	250.468	156.985	263.983	173.529

8) RECEBÍVEIS DE AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

Em 2008, a BRADESPAR subscreveu R\$ 23.724.193 ações preferenciais resgatáveis classe "C" emitidas pela VALEPAR, com as seguintes características:

a) Não terão direito a voto nas assembleias gerais da VALEPAR, exceto nas hipóteses previstas em lei;

b) Fazerem jus a dividendos em dinheiro cumulativos a serem pagos semestralmente, desde 2009, correspondentes a uma taxa prefixada de 16% a.a.;

c) São resgatáveis semestralmente entre 5 de maio de 2011 e 5 de novembro de 2015; e

d) Não serão conversíveis em qualquer outra espécie ou classe de ação de emissão da VALEPAR.

Em 2010, a BRADESPAR vendeu para sua controlada indireta BRUMADO, 7.587.000 ações preferenciais resgatáveis classe "C", permanecendo em R\$ 16.137.193 ações.

Em 2011, a BRADESPAR recebeu da VALEPAR o montante de R\$ 208.097, relativo ao resgate de 3.605.128 ações preferenciais. A BRADESPAR e sua controlada indireta BRUMADO possuem 20.119.065 ações preferenciais resgatáveis classe "C".

Em 31 de dezembro de 2011, as ações preferenciais resgatáveis em poder da BRADESPAR e sua controlada indireta BRUMADO montam a R\$ 1.168.819 (31 de dezembro de 2010 e 1º de janeiro de 2010 - R\$ 1.375.916), sendo R\$ 1.168.824 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 209.097) registradas no Ativo da Companhia e R\$ 969.992 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 1.166.819 e 1º de janeiro de 2010 - R\$ 1.375.916) no Ativo não Circulante.

Os juros a receber das ações preferenciais resgatáveis da BRADESPAR e sua controlada indireta BRUMADO montam a R\$ 29.930 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 35.293 e 1º de janeiro de 2010 - R\$ 34.462).

9) INVESTIMENTOS

